



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º TRIMESTRE DE 2018

Rio de Janeiro
30 de Junho de 2018

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Gestores da
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
Av. Rio Branco, nº 1 – 9º andar
Rio de Janeiro (RJ)

INTRODUÇÃO

Revisamos o balanço patrimonial da **EPE – Empresa de Pesquisa Energética**, em 30 de junho de 2018, as Demonstrações de Resultados do Exercício, de Mutações do Patrimônio Líquido e a de Fluxo de Caixa, para o período findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

CONCLUSÃO

Com base em nossa revisão não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações Contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto (SP), 27 de julho de 2018.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" RJ e "S" DF



Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Balanco Patrimonial em

(em reais)

	30/06/2018	30/06/2017
ATIVO		
Circulante		
Caixa e Equivalentes (nota 4)	32.646.306	34.473.778
Tributos a Recuperar ou Compensáveis (nota 5)	120.357	96.502
Adiantamentos a Empregados (nota 6)	2.055.453	2.066.598
Adiantamentos a Terceiros (nota 6)	5.875	-
Despesas Antecipadas (nota 7)	627.700	699.005
Outros Créditos (nota 8)	-	953.979
	35.455.692	38.289.862
Não Circulante		
Realizável a longo prazo	3.325.103	3.032.906
Depósitos Judiciais (nota 9)	3.324.899	3.032.712
Títulos e Valores Mobiliários (nota 2.4)	204	194
Imobilizado (nota 10)	1.749.590	1.191.151
Bens em Operação	8.095.918	7.415.159
(-) Depreciação, Amortização	(6.346.328)	(6.224.008)
Intangível (nota 11)	957.139	873.570
Software	5.239.216	4.859.957
(-) Amortização	(4.282.077)	(3.986.387)
	6.031.831	5.097.628
TOTAL DO ATIVO	41.487.523	43.387.490
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores (nota 15)	571.606	1.289.821
Retenções Tributárias	18.614	671.744
Impostos de Renda / CSLL a recolher (notas 18 e 20)	38.631	-
PIS COFINS a recolher	3.452	418
Obrigações Trabalhistas e Sociais (nota 16)	11.103.664	11.564.217
Dividendos a Pagar (nota 21)	-	2.872.233
Obrigações com a Cessão de Pessoal (nota 17)	29.533	1.403.117
Previdência Privada Complementar (nota 13)	273.904	271.085
Outros passivos circulantes	-	-
	12.039.403	18.072.635
Não Circulante		
Provisões para Contingências (nota 12)	1.672.842	938.658
Adiantamento para Futuro Aum.de Capital (nota 18)	-	6.666.166
	1.672.842	7.604.823
Patrimônio Líquido		
Capital Integralizado (nota 19)	20.544.367	20.544.367
Reserva de Lucros	4.738.629	667.280
Reserva Legal	934.254	667.280
Dividendo Adicional Proposto	-	-
Reserva Especial Proposta do Exercício (nota 21)	132.585	-
Reserva Especial Proposta Ajuste AFAC (nota 21)	3.671.790	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	10	-
Resultado Acumulado	2.492.272	(3.501.616)
	27.775.278	17.710.031
TOTAL DO PASSIVO	41.487.523	43.387.490

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ: 06.977.747/0001-80

Demonstração do Resultado em

(em reais)

	30/06/2018	30/06/2017
RECEITA BRUTA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	53.046.001	45.349.556
Prestação de Serviços a Órgãos Públicos	-	-
Receita de Vendas de Mercadorias	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Tributos Incidentes s/ Vendas	-	-
RECEITA LÍQUIDA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS	53.046.001	45.349.556
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Remunerações	(19.390.905)	(20.540.919)
Encargos Sociais	(4.633.006)	(4.936.612)
Benefícios	(3.080.490)	(3.143.892)
Materiais	(81.965)	(17.577)
Serviços de Terceiros	(2.995.255)	(1.289.570)
Gerais de Funcionamento das Instalações	(4.144)	(22.147)
Gerais da Administração	(1.239.187)	(1.012.010)
	(31.424.953)	(30.962.726)
LUCRO BRUTO	21.621.048	14.386.830
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Remunerações	(7.451.967)	(7.617.805)
Encargos Sociais	(1.760.306)	(1.819.457)
Benefícios	(1.325.098)	(1.366.198)
Materiais	(21.192)	(74.982)
Serviços de Terceiros	(2.422.260)	(2.296.335)
Despesas Tributárias	(162.600)	(181.274)
Provisões para Contingências	-	-
Gerais de Funcionamento das Instalações	(3.813.789)	(3.669.282)
Gerais da Administração	(971.643)	(708.797)
Outras Receitas (Despesas) operacionais	116.717	-
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	-	30.898
Recuperação de Despesas e Custos	10.680	1.309
	(17.801.458)	(17.701.923)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	3.819.590	(3.315.093)
Receitas (Despesas) Financeiras	(50.264)	(186.522)
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	3.769.326	(3.501.616)
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	(1.277.054)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.492.272	(3.501.616)



Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-90
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em
(em reais)

	Capital Social	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial Proposta	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	20.544.367	6.666.166	524.220	-	-	-	-	27.734.753
Lucro Líquido do Exercício							2.861.200	2.861.200
Reserva Legal			143.060				(143.060)	-
Reclassificação (nota 19)		(6.666.166)					(6.666.166)	(6.666.166)
Dividendo Mínimo Obrigatório					2.038.605		(679.535)	(679.535)
Dividendos Adicionais Propostos							(2.038.605)	-
Saldos em 31/12/2016	20.544.367	-	667.280	-	2.038.605	-	-	23.250.252
Ajuste AFAC							6.666.166	6.666.166
Despesas Exerc. Ant. IRPJ/CSLL							(1.512.776)	(1.512.776)
Lucro Líquido do Exercício							186.085	186.085
Reserva Legal			266.974				(266.974)	-
Reserva Especial Proposto				3.804.375			(3.804.375)	-
Ajuste Avaliação Patrimonial						2	-	2
Dividendo Mínimo Obrigatório					(2.038.605)		(1.268.125)	(1.268.125)
Dividendos Adicionais Propostos							(2.038.605)	(2.038.605)
Saldos em 31/12/2017	20.544.367	-	934.254	3.804.375	-	2	-	25.282.998
Ajuste AFAC							-	-
Despesas Exerc. Ant. IRPJ/CSLL							-	-
Lucro Líquido do Exercício							2.492.272	2.492.272
Reserva Legal			-				-	-
Reserva Especial Proposto				-		8	-	8
Ajuste Avaliação Patrimonial							-	-
Dividendo Mínimo Obrigatório					-		-	-
Dividendos Adicionais Propostos							-	-
Reserva Legal							-	-
Dividendos Propostos							-	-
Saldos em 30/06/2018	20.544.367	-	934.254	3.804.375	-	10	2.492.272	27.775.278



Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ: 06.977.747/0001-80

Demonstração do Fluxo de Caixa

(em reais)

	30/06/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	2.492.272	186.085
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(53.046.001)	(98.651.681)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa >> devem constar nas Notas explicativas		
Doações e Baixas	(118.531)	(101.950)
Depreciação e amortização	447.360	795.345
Provisões para Contingências	-	734.184
Perdas com bens do imobilizado	3.564	
Atualização Monetária de Dividendos a Pagar/tributos a compensar		146.310
Reclassificações Relacionadas às Atividades de Investimento e Financiamento, não envolvendo caixa		
Reclassificações de Investimentos		(194)
Redução (aumento) nos ativos operacionais		-
Tributos a recuperar ou compensáveis	44.930	(43.348)
Adiantamentos a Empregados	(1.831.491)	11.912
Adiantamentos a Terceiros	161.390	(113.352)
Despesas antecipadas	(330.011)	1.013.507
Depósitos Judiciais	(94.265)	(257.172)
Outros Créditos	20.320	870.997
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores Nacionais	147.767	(331.514)
Retenções Tributárias	18.614	(14.859)
Impostos de Renda / CSLL a recolher *Desconsiderando efeitos da Rec. AFAC	(2.702.240)	480.121
PIS e COFINS a recolher	2.584	(299)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	2.215.781	1.720.079
Obrigações com a Cessão de Pessoal	(262.544)	(828.586)
Previdência Privada Complementar	273.904	(280.786)
Outros passivos	(1.309)	(1.309)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. operacionais	(2.336.570)	2.225.393
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (apenas as que envolvem caixa)		
(Aquisição) Venda do imobilizado	(11.980)	(869.880)
(Aquisição) Venda de intangível	(139.413)	(888.152)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de investimentos	(151.393)	(1.758.032)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (apenas as que envolvem caixa)		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	53.046.001	98.651.681
Pagamentos de dividendos	(1.268.125)	(2.864.451)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas ativ. de financiamento	51.777.875	95.787.230
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(931.425)	(637.310)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.577.731	34.215.041
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.646.306	33.577.731

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Valores em Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O Estatuto Social da EPE foi aprovado na 3ª. Assembleia geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

A EPE declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que optou pela adoção da NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da EPE estão de acordo com a NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Para atender a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, o DL nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando todas as alterações introduzidas nestes dispositivos legais, a EPE vem praticando, a partir de 2008, também a Contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que permite o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

2.1 Base de preparação das principais políticas contábeis

A preparação de Demonstrações Contábeis em conformidade com a NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da empresa no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da EPE, e também a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa registrados na conta única do Tesouro Nacional.

A partir da migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ocorrida em 2008, os saldos disponíveis em conta bancária junto

ao Banco do Brasil, aplicados no Fundo de Renda Fixa BB-Extra mercado FAE, provenientes de recursos gerados pela EPE, foram recolhidos ao Tesouro Nacional, em conta única, identificados em fonte de recursos próprios e vinculação específica na Unidade Gestora da Empresa.

Também foram alocados na Conta Única como recursos próprios os valores recebidos do MME, relativos aos créditos decorrentes de prestações de serviços realizados até março de 2008 e liquidados após a migração para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como os valores dos custos de estudos de viabilidade de projetos hidrelétricos e de transmissão reembolsados pelas concessionárias de energia elétrica vencedoras de leilões de energia e de redes de transmissão.

A partir do recolhimento dos recursos próprios para a Conta Única os valores disponíveis não estão sendo remunerados pelo Tesouro Nacional.

2.4 Instrumentos Financeiros Básicos

A EPE possui instrumento financeiro, mantido até o vencimento, registrado no grupo do patrimônio - Realizável Longo Prazo- Ativo Não Circulante – e avaliado a valor justo.

2.5 Contas a Receber de Clientes

A EPE não possui Contas a Receber de Clientes desde sua migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade, ocorrida em abril de 2008, quando deixou de emitir faturamentos.

2.6 Investimentos em coligadas

A atividade da EPE, definida em seu Estatuto Social, conforme contexto operacional, não contempla participações em empresas coligadas e interligadas.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

Reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Em conformidade com o NBC-TG 1000 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, a administração não identificou qualquer evidência de falta de recuperabilidade dos ativos imobilizados.

2.8 Ativos Intangíveis

Software

As licenças adquiridas separadamente são registradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas também com base nos custos incorridos para a elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor atualizado até a data do balanço. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

2.10 Provisões

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, com indicativo de perda provável na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- a) A Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- b) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- c) O valor possa ser estimado com segurança.

2.11 Passivo Contingente

A Empresa é parte envolvida em diversos processos judiciais em andamento com remotas possibilidades de perda, porém nenhum com indicativo de perda possível, na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

Seguindo-se aos critérios estabelecidos na NBC TG 1000(R1), seção 21, essas ações judiciais não foram divulgadas nas demonstrações financeiras em Notas Explicativas, uma vez que são remotas as probabilidades de saída de recursos.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Privada

A partir das aprovações pelos órgãos internos da Empresa, compreendendo a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal e pelos órgãos externos da administração pública a quem se subordina, neles incluídos o Ministério de Minas e Energia – MME, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a EPE, na condição de Patrocinadora, celebrou Convênio de Adesão com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS visando ingressar no Plano de Previdência denominado “Plano EPE”, estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV. Para custear o referido Plano, a EPE contribui mensalmente, paritariamente com os empregados e dirigentes ou aqueles em exercício de função, denominados Participantes, com parcelas calculadas sobre as remunerações, inclusive o 13º salário, conforme estabelecido no Plano de Custeio.

Para os empregados que optaram em contribuir a partir de sua admissão, a título de tempo de serviços passados, a EPE contribui com a mesma importância, nas condições estabelecidas no Regulamento Específico do Plano de Previdência ELETROS/EPE.

Foram definidas as seguintes contribuições previdenciárias para os participantes e a patrocinadora:

- 3% (três por cento) da parcela de remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição da Previdência Social e,
- 11% (onze por cento) da parcela de remuneração que exceder o limite do teto da Previdência Social.

Por opção do Participante, a contribuição mensal poderá ser reduzida semestralmente em 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), ocorrendo também a redução da contribuição básica da Patrocinadora.

Dado às características definidas no Plano CV não existem obrigações adicionais da Patrocinadora após efetuar os pagamentos das contribuições.

As contribuições feitas pela Patrocinadora são reconhecidas como despesas de benefícios concedidos a empregados.

2.13 Reconhecimento da Receita

A EPE tem como atividade principal estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de Subsídios Públicos

As receitas da EPE são oriundas de dotações orçamentárias, para custeio de despesas e investimentos, através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A Empresa poderá futuramente prestar serviços a terceiros, ensejando a emissão de Notas Fiscais de Serviços.

b) Receita Financeira

A receita financeira é decorrente da atualização da taxa Selic de tributos a compensar, da atualização monetária dos depósitos judiciais, dos descontos obtidos em pagamentos a fornecedores.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com a NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS exige que a Companhia utilize as estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e de diversos fatores que consideramos razoáveis e pertinentes.

4 CAIXA E EQUIVALENTES

Os Recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, dividendos, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início de janeiro de 2018, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME para janeiro de 2018.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
a - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	2.735.880	2.058.177
b - Recursos Próprios	29.920.426	32.415.600
Total	32.646.306	34.473.777

5 TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

- CSLL a Compensar: Saldo negativo de 2016 configurado na Escrituração Contábil Fiscal 2016;
- PIS COFINS a recuperar: retenções a serem compensadas em recolhimentos futuros;
- IRRF a Compensar: Retenção sobre férias e demais retenções

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
(*) ISS a Recuperar	-	2.632
IRRF a Compensar	4.496	4.839
CSLL a Compensar	-	-
PASEP a Compensar	16.622	15.855
COFINS a Compensar	76.717	73.176
Antecipação de IRRF - 0561	22.522	-
Totais	120.357	96.502

(*) ISS a recuperar baixado conforme o resultado de indeferimento, por parte da Fazenda Municipal do Rio de Janeiro, no processo de pedido de restituição do imposto.

6 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	30/06/2018	30/06/2017
Adiantamento a Empregados	2.055.453	2.066.598
Adiantamento a Terceiros	5.875	-
Total	2.061.328	2.066.598

Adiantamento a Terceiros:

Refere-se ao pagamento realizado em 22/05/2018 à ESAF, referente ao termo de Execução Descentralizada (TED) entre a EPE e a ESAF, para realização de curso in company.

7 DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R\$ 627.700 referente às assinaturas, anuidades e contratos firmados para o exercício de 2018. Este valor será amortizado em grande parte no exercício corrente e está de acordo com a norma emitida pelo CFC, NBC TG 1000(R1) – Seção 18.

8 OUTROS CRÉDITOS

A variação do saldo final entre os exercícios 2018 e 2017 é justificada pela reclassificação, ocorrida ao longo do exercício 2017, sobre as glosas realizadas pela EPE nos faturamentos de Furnas de 2013 a 2017. A partir do encerramento de 2017, esses valores foram reclassificados para contas de controle e destacados em nota explicativa. Essa reclassificação vem atender à

exigência da auditoria externa, bem como com a norma emitida pelo CFC, NBC TG 1000(R1), seção 21, e ajustar os índices de análise das contas patrimoniais.

A seguir os valores das glosas sobre faturamento nas contas de controle que foram objeto de contestação entre as partes:

	30/06/2018	30/06/2017
Glosas s/ faturas de Furnas Centrais Elétricas	953.979	953.979
	953.979	953.979

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

9.1 Depósitos Judiciais – Previdenciários

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB realizou no exercício de 2009 o Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2009.001203-0, visando ao cumprimento das obrigações previdenciárias relativas à remuneração dos segurados empregados e contribuintes individuais.

Ao finalizar o Procedimento Fiscal, foi constituído crédito previdenciário e lavrados os autos de infração DECAB nº. 37.200.111-4, 37.200.112-2, 37.200.113-0, 37.200.114-9, 37.200.115-7, 37.200.116-5, 37.200.117-3, e 37.262.717-0, face ao entendimento da SRFB de descumprimentos de obrigações principais e acessórias, imputando à empresa o lançamento de contribuições previdenciárias acrescidas de juros e multas. A decisão da SRFB no processo administrativo tributário foi no sentido de manter o lançamento e tornar definitiva a constituição do crédito tributário.

Em razão de tais fatos, a EPE ingressou na 13ª. Vara Federal de Brasília - DF, ajuizando ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, resultando no Processo nº. 18936-44.2010.01.3400, visando suspender a exigibilidade do crédito tributário de forma a restabelecer a Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros até decisão definitiva da demanda judicial.

Por decisão da Justiça Federal da 13ª. Vara de Brasília - DF o pedido de antecipação de tutela foi indeferido, facultando à EPE o direito de realizar o depósito integral do débito controvertido, a fim de gerar de imediato os efeitos legais para suspensão da exigibilidade da cobrança e a garantia do juízo.

Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.887.652 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de débito fiscal nº. 18936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010.

A Partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e mensal.

9.2 Depósitos Judiciais – Trabalhistas

Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais, que ao final dos processos serão revertidos.

A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pela mesma regra do Índice de correção do FGTS.

9.3 Depósitos Judiciais – Cíveis

Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 2.9575-77-2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Previdenciárias	3.045.556	2.938.495
Trabalhistas	153.937	94.217
Cíveis	125.405	-
Total	3.324.898	3.032.712

10 IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Instalações – dez anos

Máquinas e Equipamentos – dez anos

Equipamentos de Informática – cinco anos

Móveis e Utensílios – dez anos

A seguir posição do imobilizado com o saldo inicial e final em seu valor líquido de depreciação:

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Totais
Em 31 de março de 2018	90.384	788.211	5.083.879	2.077.128	8.039.602
(-) Depreciação	(90.384)	(537.319)	(3.886.178)	(1.720.823)	(111.624)
Saldo em 31 de março de 2018	-	250.892	1.197.701	356.305	1.804.898
Aquisições/doações	-	11.979	77.115	-	89.094
(-) Baixas	-	(31.868)	(910)	-	(32.778)
(-) Depreciação	-	(18.875)	(102.290)	(22.114)	(143.279)
(+) Baixas (depreciação)	-	30.745	910	-	31.655
Saldo em 30 de junho de 2018	-	242.873	1.172.525	334.191	1.749.590

A seguir posição do imobilizado com o saldo inicial e final em seu valor bruto:

Descrição do Imobilizado	30/06/2018	30/06/2017
Instalações	90.384	90.384
Máquinas e Equipamentos	768.322	763.416
Equipamentos de informática	5.160.084	4.484.232
Móveis e Utensílios	2.077.128	2.077.128
Depreciação Acumulada	(6.346.328)	(6.224.008)
Total	1.749.590	1.191.151

No quadro seguir são demonstradas as doações recebidas e realizadas no 2º trimestre do exercício 2018:

Doações de Imobilizado 2º tri/2018	Adições	Baixas
Máquinas e Equipamentos		31.868
Equipamentos de informática	77.115	12.383
Total	77.715	44.251

11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com a norma emitida pelo CFC, NBC TG 1000(R1) – Seção 18.

A amortização do Ativo Intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

A seguir posição do intangível com o saldo inicial e final em seu valor líquido de amortização:

	Softwares
Em 31 de março de 2018	1.034.646
Adições	-
(-) Baixas	(6.440)
(-) Amortização	(77.507)
Baixas	6.440
Em 30 de junho de 2018	957.139

A seguir posição do intangível com o saldo inicial e final em seu valor líquido de depreciação:

Descrição Intangível	30/06/2018	30/06/2017
Softwares	5.239.216	4.859.957
Amortização Acumulada	(4.282.077)	(3.986.387)
Total	957.139	873.570

12 AÇÕES JUDICIAIS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, previdenciária e tributária.

A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

a) Ações com perdas prováveis

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Trabalhistas	1.446.184	716.00
Cíveis	5.000	1.000
Tributárias	221.658	221.658
Total	1.672.842	938.658

Constituiu-se a Provisão de R\$ 1.672.842, de demandas judiciais com base no parecer da Consultoria Jurídica da EPE, que realizou avaliação como perda provável para as mesmas, conforme abaixo:

Trabalhistas: referem-se às Reclamações Trabalhistas 0100187-33.2017.5.01.0045, 0101376-93.2016.5.01.0073, e 0000852.02.2011.5.01.0027 nas quais são pleiteados pedidos de reintegração ao trabalho/conversão justa causa e pagamento de salários vencidos. E também às RTs 0011078-53.2014.5.01.0082; 0100803-91.2016.5.01.0061; 0011113.21.2015.01.0244; e 0011106-68.2014.5.01.0016 referentes a pedidos de responsabilidade subsidiária de verbas trabalhistas.

Cíveis: refere-se às Ações:

- 43042-75.2007.4.01.3400 – Ação de rito ordinário exigindo nomeação de candidato aprovado em concurso público.
- ACP 0004036-75.2006.404.7001 – Licenciamento da UHE Mauá.
- 0041089-14.2012.4.02.5101 – Defensoria Pública da União – Honorários advocatícios em ação do concurso público.

Fiscais: refere-se ao processo 04/354158/2008 Auto de infração do ISS-RJ – Cobrança de ISS em contrapartida de convênios com o MME.

As demais demandas judiciais foram classificadas como remotas, e conforme a NBC TG 1000(R1) Seção 21, não são divulgadas em notas explicativas.

13 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os gastos com a previdência privada complementar relativos à contribuição da Patrocinadora foram de R\$ 1.620.524 até 30/06/2018 e no mesmo período de 2017 foi de R\$1.596.846

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no Passivo Circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos

descontos e ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
A – Contribuições da Patrocinadora	273.904	271.085
B – Com Contribuições dos Empregados	271.213	271.843
Total	545.117	542.928

14 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2018, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SEST.:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 32.482,13	R\$ 24.781,74 (*)	R\$ 29.875,84
Empregados – Nível Médio	R\$ 15.543,27	R\$ 3.298,24	R\$ 4.125,36
Empregados – Nível Superior	R\$ 27.337,03 (**)	R\$ 8.840,54 (***)	R\$ 13.562,08

(*) Honorários pagos à Dirigente aposentado de órgão público, respeitado o limite do teto constitucional.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(***) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

15 FORNECEDORES

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, no montante de R\$ 571.606 conforme abaixo detalhado:

Vencidos	A Vencer	Total
79.156	492.450	571.606

Dos débitos vencidos, 72.803 (setenta e dois mil, oitocentos e três reais) são referentes, principalmente, a contestações junto aos fornecedores RL Clean Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. (\$28.267) e Documentar Tecnologia e Informação Ltda. (\$44.536).

Em 21/12/2016 foi publicada portaria 409 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades, no âmbito da administração pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais federais controladas pela União.

Desta forma, em obediência a legislação vigente, a EPE a partir de 2017, passou a fazer as devidas retenções para depósitos em garantia, conforme quadro abaixo:

Fornecedor	Montante retido	Saldo remanescente
Industec Comercial e Serviços Ltda.	R\$ 101.527,60	R\$ 101.527,60
Kantro Serviços Terceirizados Ltda	R\$ 114.236,60	R\$ 93.824,41
Straick Centro de Treinamento Ltda	R\$ 7.529,02	-
RJ Locação de Veículos e Serviços	R\$ 20.956,20	R\$ 19.269,11

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Os pagamentos das obrigações trabalhistas e sociais, tais como férias e os respectivos encargos incidentes (INSS, FGTS e Outros), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Provisões de Férias a Pagar	7.059.853	7.340.312
Provisão para 13º salário	2.329.333	2.419.957
INSS a Recolher	1.015.693	1.091.662
FGTS a Recolher	427.571	440.424
Total	10.832.450	11.292.355

* Previdência Privada Complementar a Pagar considerado na nota 13 - item b.

17 OBRIGAÇÕES COM A CESSÃO DE PESSOAL

As obrigações apresentadas neste grupo decorrem da cessão de servidor público e de empregados de empresas estatais à EPE. O quadro abaixo demonstra a composição do saldo a pagar em 31/12/2017.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
1) FURNAS Centrais Elétricas S/A	-	1.382.587
2) Superior Tribunal de Justiça - STJ	21.533	20.530
3) Secretaria de Desenv.e Indus. RJ - SEDES	8.000	-
Total Geral	29.533	1.403.117

1. A variação do saldo no item 1 é justificada pela reclassificação, ocorrida ao longo do exercício 2017, dos valores cobrados por Furnas que foram objeto de negociações e discussões entre as partes. A partir do encerramento de 2017, esses valores foram reclassificados para contas de controle. Essa reclassificação vem atender à exigência da auditoria externa, bem como a norma emitida pelo CFC, NBC TG 1000(R1), seção 21, e ajustar os índices de análise das contas patrimoniais.

18-A ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Rubrica ajustada em 2017, referenciava aos recursos recebidos em 2011 do Tesouro Nacional para cobertura de custeio e investimento, na época sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Em 2012 a Receita Federal solicitou a COSIT a avaliação tributária com relação ao teor da Nota Conjunta nº 06/2012 STN/CCONT/COPAR, o que resultou na emissão da Nota Cosit-E nº 15, de 21 de janeiro de 2013, determinando que os repasses da União para empresas estatais dependentes destinados a cobertura de déficits operacionais sejam oferecidos a tributação.

Em 05 de julho de 2013 a STN emitiu a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/CPFIN/STN, que ratificou tal entendimento.

Em 2016 a conta é transferida para o grupo Passivo Não Circulante, em atendimento a CCONT/STN, e a EPE começa o processo de regularização dos ajustes de exercícios anteriores, contratando a empresa especializada Mazars Cabrera para apurar o montante financeiro quanto às regularizações das obrigações tributárias com IRPJ/CSLL e dos dividendos, das obrigações fiscais acessórias decorrentes dos ajustes, bem como do estudo da reapresentação retrospectiva em atendimento a norma emitida pelo CFC, NBC TG 1000(R1), seção 10.20 e 10.21.

Contratada Mazars Cabrera emite nota técnica em 11 de agosto de 2017 que informa a prescrição do recolhimento do IRPJ e CSLL derivado do ajuste do AFAC.

Em 22 de setembro 2017 é solicitado um parecer à consultoria jurídica da EPE quanto a prescrição do recolhimento do IRPJ/CSLL derivado dos ajustes do AFAC. Como resposta a CONJUR informa que se trata de decadência e com prazo fim em 01/01/2018.

Em 05 de janeiro de 2018 a Consultoria Mazars Cabrera apresentou o relatório para o ajuste societário e fiscal da regularização do AFAC 2011. Relatório foi revisado e atualizado em 20 de fevereiro de 2018 pela própria consultoria fiscal Mazars Cabrera, apresentando os resultados finais a seguir:

I. Total distribuído sobre o resultado gerado pelo ajuste do AFAC 2011:

Descrição	AFAC 2011
Lucro Acumulado	6.666.166
IRPJ/CSLL	(1.512.776)
Reserva Legal (5%)	(257.670)
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	(1.223.930)
Reserva Especial Proposta	(3.671.790)
Lucro Acumulado a distribuir	-

II. IRPJ/CSLL a pagar sobre ajuste do AFAC 2011:

Descrição	IRPJ	CSLL
Ano 2011	500.944	181.071
Ano 2014	153.626	56.665
Ano 2015	224.048	82.772
Ano 2016	228.752	84.898
Total	1.107.370	405.406

* Ajuste Contábil realizado em 31/12/2017.

** Tributos quitados integralmente em 28/02/2018 acrescido de Multa R\$ 302.555 e juros R\$ 593.421.

19 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE é de R\$ 20.544.367 totalmente integralizado pela União.

20 RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro apurado no período de janeiro/18 a junho/2018 foi decorrente, principalmente, do recebimento de subsídios para pagamento do passivo com tributos (IRPJ e CSLL) derivados do Ajuste do AFAC 2011 – realizado em fevereiro – e para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios 2017 – realizado em junho.

21 RESERVA ESPECIAL

Em conformidade com a Lei 6.404/76, atualizada com todas alterações produzidas pelas legislações posteriores, a Diretoria Executiva da EPE declarou ser incompatível a distribuição de dividendos adicionais, decorrente do resultado do exercício financeiro 2017 e do ajuste do AFAC 2011, com a situação orçamentária e financeira da companhia. Assim, no encerramento do exercício 2017 propôs a criação de Reserva de Lucro Especial, após a criação da Reserva Legal, conforme prevê o § 4º art. 202 da Lei 6.404/76:

"Dividendo Obrigatório

Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001) (Vide Lei nº 12.838, de 2013)

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como **Reserva Especial** e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos."

22 RECEITAS

Receitas	30/06/2018	30/06/2017
a) Subsídios Público		
Recurso recebido do Tesouro Nacional	53.046.000	45.349.556
b) Outras Receitas		
Receita financeira	134.623	104.330
Reversão de Custos e Despesas	10.680	30.898
*Outras Receitas	120.280	1.309
Total	53.311.583	45.486.093

* Outras receitas - Impactada pela receita de bens recebidos em doação R\$ 120.280


Sandro da Silva Abílio
Contador
CRC-RJ 093927/0